



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CENTRO EDUCACIONAL “OSMAR DE AQUINO”
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA**

DEIZE EPIFANIO DE SOUZA

**A PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UMA ESCOLA
PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO ESCOLAR**

**GUARABIRA-PB
2014**

DEIZE EPIFANIO DE SOUZA

**A PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UMA ESCOLA
PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientador (a): Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

**GUARABIRA-PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S719p Souza, Deize Epifanio de
A prática do estágio supervisionado em uma escola pública
[manuscrito] : um estudo sobre o conselho escolar / Deize Epifanio
de Souza. - 2014.

21 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Mônica de Fátima Guedes de Oliveira,
Departamento de Educação".

1. Conselho escolar. 2. Escola. 3. Estágio supervisionado. I.
Título.

21. ed. CDD 371.207


DEIZE EPIFANIO DE SOUZA


A PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UMA ESCOLA PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO ESCOLAR


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

em 17/03/2014.

BANCA EXAMINADORA


Prof^a Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira / UEPB
Orientadora


Prof. Ms. José Otávio da Silva / UEPB
Examinador


Prof^a Ms. Vanusa Valério dos Santos / UEPB
Examinadora

GUARABIRA

2014

Dedico este trabalho aos meus pais, Josicleide Epifanio de Souza e Damião Ferreira de Souza, que buscaram de todas as formas, contribuir para a minha formação, seja com ajuda financeira, seja com apoio moral, estando presente nas mais diversas situações, caminhando ao meu lado e me ajudando a seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, pois sem Ele nada disso seria possível.

Aos meus pais Josicleide e Damião por darem tudo de si para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos meus irmãos Iany, Thais e Bismark, por ser parte da minha conquista.

As minhas amigas Tannissa Luanna, Jacyara Pereira e Vanessa Cabral, sem as quais não teria tido graça os quatro anos de curso, pontuando aqui que esse laço de amizade e companheirismo, quero levar por toda minha vida.

À Mestre Mônica de Fátima Guedes de Oliveira, enquanto orientadora e sem a qual não seria possível a finalização deste trabalho, e enquanto educadora, por sua contribuição no meu processo de aprendizagem nos períodos iniciais do curso.

Aos demais amigos que compreenderam minha ausência durante os quatro anos de curso e principalmente em sua reta final, sempre me dando apoio e motivações para continuar a jornada.

À minha amiga Maria Helena, que sempre me incentivou, me deu forças e se orgulhou de minhas conquistas. Chorou comigo, me abraçou, me deu colo e uma palavra de carinho.

Aos colegas de sala, que tiveram que conviver com alguém difícil, mas deram conta do recado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. O CONSELHO DE ESCOLAR NA ESCOLA.....	07
3. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE A ESCOLA.....	11
4. METODOLOGIA.....	12
5. OFICINA: FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DO CONSELHO ESCOLAR:.....	12
5.1 Implantando o Conselho Escolar.....	12
5.2 O Conselho escolar em ação.....	16
6. CONCLUSÃO.....	19
7. REFERÊNCIAS.....	20
ANEXOS	

A PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UMA ESCOLA PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO ESCOLAR

Deize Epifânio de Souza¹

RESUMO

O presente artigo apresenta o resultado da aplicabilidade das atividades na escola campo do estágio na área de gestão Educacional, no tocante a temática de Conselhos Escolares. O objetivo desse estudo foi discutir com os profissionais da escola todo o processo de elaboração e atividades do Conselho. Utilizaram-se como base teórica os seguintes autores: AGUIAR (2009), COSTA (2004), NASCIMENTO (2007), que serviram de embasamento teórico para a realização deste relatório de Estágio. Na metodologia recorremos a uma pesquisa de cunho qualitativa. Como resultados verificamos que os profissionais da escola estão hierarquicamente divididos e as eleições para Conselho Escolar, não são efetivadas em fórum democrático, mas por uma figura detentora de poder. Nesse sentido é possível constatar que a democratização e participação de todos no processo da tomada de decisões na escola ainda não está estabilizado.

PALAVRAS-CHAVE: Conselho Escolar. Escola. Estágio.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo foi inicialmente desenvolvido para o cumprimento da exigência de obtenção de nota do componente curricular Estágio Supervisionado e posteriormente transformado em Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, e tem por finalidade discutir com profissionais da escola campo todo o processo de elaboração e atividades do Conselho Escolar.

O estágio foi realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental Antenor Navarro, situada na Rua Prefeito Manoel Lordão, nº 161, Centro, Guarabira, Paraíba. A escola está inscrita sob o CNPJ 01.564.595/0001-70, sendo sua fundação em 09/03/1933, estando a cargo da senhora Eny Amorim de Almeida Andrade desde o ano de 2010.

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia. Trabalho de conclusão de curso—Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2014. E-mail:deyse.epifanio@hotmail.com

O estágio teve por objetivo o cumprimento da carga horária obrigatória do curso, além de enriquecer a nossa formação, uma vez que estamos em contato direto com a prática educativa.

O referido estágio foi pensado e organizado a partir do calendário de Estágio Supervisionado III, onde foram definidos os dias de encontro na Universidade Estadual da Paraíba, e os dias de observação e levantamento de dados no campo de estágio.

Realizamos uma entrevista (ANEXO), que foi aplicada junto à diretora de uma escola de ensino fundamental da rede pública estadual de ensino em Guarabira/PB.

As respostas foram analisadas em uma perspectiva qualitativa. O resultado dessa análise é apresentado nas considerações finais

No segundo capítulo, trata-se do significado da palavra Conselho, da denominação do que vem a ser Conselho Escolar no Brasil, de como o mesmo se constitui como são caracterizados e como estão organizados.

Em seguida, no terceiro capítulo, estão esplanadas as informações sobre a escola, coletadas através da entrevista.

No quarto capítulo, fala-se a respeito da metodologia utilizada.

No capítulo cinco foram expostos os objetivos das oficinas, bem como o material e processo para realização de cada uma delas.

Para finalizar, são apresentadas as conclusões a que chegamos após visitar, observar e coletar dados da escola campo, embasando as informações e impressões na teoria dos autores utilizados.

2. O CONSELHOESCOLAR NA ESCOLA

Inicialmente pretendo dar um breve relato do que é o Conselho e o seu significado para podermos compreender como se da e qual a sua utilidade.

Deportamo-nos ao significado da palavra, o Conceito vem do latim *consilium* que significa aconselhamento em reunião para decisão de assuntos públicos, e isso nos reporta ao espaço escolar, que é onde são tomadas diariamente decisões sobre as ações que devem ser adotadas na melhoria da nossa educação.

No Brasil os Conselhos Escolares de acordo com a denominação do MEC- Ministério da Educação

São órgãos colegiados constituídos por representantes da comunidade escolar (professores, demais funcionários e alunos) e local (pais ou responsáveis pelos alunos) cuja principal atribuição, para além de suas funções consultivas, fiscais e mobilização, é a deliberação sobre questões políticas-pedagógicas, administrativas e financeiras da escola. (RAMOS, FERNANDES, p.47)

Na gestão do presidente Luíz Inácio Lula da Silva, o MEC teve algumas motivações para implantar um programa nacional de incentivo ao desenvolvimento de práticas colegiadas na escola, especialmente, o conselho escolar. Os motivos foram: o reconhecimento do importante papel que os atores locais exercem na formulação e implementação do PPP da escola e a necessidade de examinar e rever a questão das unidades executoras.

Assim, foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento do Conselho Escolar que, por meio e parcerias, sobretudo com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União dos Dirigentes Municipais e Educação (Undime), promoveu encontro de formação dos conselheiros em todo território nacional, com alunos, tematizando as funções desta instituição e as práticas colegiadas de gestão especificamente o conselho escolar, desde 2004. Segundo Aguiar (2009):

O conselho escolar constitui uma instância colegiada que possibilita a construção de referências comuns a partir de óticas diferenciadas sobre o papel da escola e a forma de resolver os problemas do seu cotidiano. A assunção de responsabilidade de forma coletiva sinaliza para uma cogestão da escola. E a possibilidade de exercitar a gestão democrática como espaço de decisões coletivas e de responsabilidades compartilhadas.

Iniciativas como a do “Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares” tem o mérito de prover o aparecimento e alimentar o debate sobre a possibilidade de ampliação dos espaços de participação dos atores locais nos processos de decisões das escolas.

Sabemos que os conselhos se constituem, no Brasil, a partir de 1988, sendo em última instância, a possibilidade mais concreta de estender o exercício da democracia, na direção da partilha do poder, entre todos e todas que, efetivamente estão envolvidos em tal circunstância.

Os Conselhos Escolares caracterizam-se pelas funções consultivas, deliberativas e fiscalizadoras nas esferas administrativas, financeiras e pedagógicas. Cumprem, portanto, com a crítica à democracia unicamente representativa, tentando ampliar o poder para uma visão participativa, tornando possível a busca pelos verdadeiros interesses coletivos. É importante pontuar que não se quer o pensamento comum em todas as questões entre todos os envolvidos. O avanço da democracia ocorre, justamente, porque não há mais apenas um ou um pequeno grupo com predominância no poder, propondo e decidindo sobre os rumos da escola, mas uma maioria, que assume sua responsabilidade nos propósitos da escola pública da qual é parte.

O Conselho Escolar é uma possibilidade de desconcentrar o poder, muitas vezes centralizado na figura que detém o cargo do topo da hierarquia da estrutura escolar, ou ainda concentrado no grupo que domina as relações que se estabelecem ali. É ainda a possibilidade de construir uma escola voltada às necessidades daqueles que, efetivamente compõe o seu fazer diário.

Os integrantes do Conselho escolar fazem parte de quatro seguimentos que representam a comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários) devem está vinculado à escola, ou seja, qualquer conselheiro que perde seu vínculo direto com a escola deixa de fazer parte dele.

Os conselheiros são escolhidos em Assembleia Geral de cada seguimento e eleito pelos seus pares, onde o diretor da escola é um membro nato.

O Conselho Escolar tem, entre outras atribuições dispostas no Art. 42, da Lei 10.576/95, algumas funções, que para Costa (2004), são de extrema importância para este trabalho.

- Criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na definição do Plano Integrado da escola;
- Adendar, sugerir, modificações e aprovar o Plano Integrado da Escola;
- Aprovar o plano de aplicação financeira da escola;
- Coordenar, em conjunto com a direção da escola, o processo da discussão, elaboração ou alteração do regimento escolar;
- Convocar assembleias gerais dos seguimentos da comunidade escolar;
- Analisa os resultados da avaliação interna e externa da escola, propondo alternativas para a melhoria de seu desempenho;

- Analisar e apreciar as questões de interesses da escola a ele encaminhadas.

A lei, portanto, atribui à comunidade escolar o destino da escola e, conseqüentemente, de sua superação. Porém, por mais inegável que seja a existência de uma lei, é impossível que sua existência, por si só, democratize a gestão escolar, ou seja, a lei é um importante instrumento que indica a possibilidade de democratização, mas isoladamente não conduz para a democracia e participação.

É necessária a existência de políticas públicas que viabilizem a participação e a democracia como tarefas inevitáveis do gestor público que compromete com a democratização. Construir coletivamente, com a comunidade escolar, as regras para a construção solidária desta escola é um dos motes que revela a disponibilidade de gestar, democraticamente a coisa pública.

Sobre a viabilização das leis (COSTA, 2004 apud REDIN, 2001, p. 12) diz que já que a lei tem que ser cumprida ou revogada, mas revogada certamente não será porque isso repercutiria muito mal, já que é uma conquista de tantas lutas, de tantos anos, e se faz pela primeira vez na história. Pode ser entendido no sentido de que as leis não são auto aplicáveis, elas precisam ser assumidas por políticas que as viabilizem. Se desconhecemos a viabilização dessas leis e nós, enquanto povo, não nos acostumarmos a exigir a execução, elas ficarão engavetadas. Mas se nós lutarmos – professores, educadores – teremos um instrumento legal, fortíssimo, que poderá dar resultados.

Conforme Costa (2004) a constituição de um colegiado que sirva para estender o poder, antes centralizado na figura do diretor da escola, é uma das tarefas imprescindíveis do Conselho escolar (CE).

Ainda segundo a autora, é daí que a institucionalização dos CE's traz a possibilidade de redefinir a estrutura da gestão escolar, ou seja, onde o poder não estar mais cristalizado na figura autoritária ou não, centralizadora ou não e individualizada de um cargo hierarquicamente superior, pelo contrário, um CE democrático e participativo redimensiona a concepção do próprio poder, buscando efetivamente decidir sobre a institucionalização escolar na perspectiva de ajudar a construir uma escola de qualidade social.

É necessário que haja clareza na finalidade buscada com a educação, pois essa é a única possibilidade de não burocratizar as várias instâncias que compõe o cotidiano escolar e, principalmente o CE, que certamente não tem como finalidade única, decidir sobre os recursos financeiros e/ou fiscalizar, através da prestação de contas, como são aplicados.

Se pretende, com a educação escolar, concorrer para a emancipação do indivíduo, enquanto cidadão participe de uma sociedade democrática, e, ao mesmo tempo, dar-lhes meios, não apenas para sobreviver, mais para viver bem e melhor no usufruto de bens culturais que hoje são privilégios de poucos, então a gestão escolar deve fazer-se de modo a estar em plena coerência com esses objetivos. (COSTA, 2004 apud PARO, 1999, p. 304).

A seguir apresentaremos o espaço onde foi realizada a pesquisa-campo, como também trataremos de todo o desenrolar de nossa prática e ação de atuação durante o estagio.

3. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE A ESCOLA

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Antenor Navarro, está situada na Rua Prefeito Manoel Lordão, 161, Centro, Guarabira, Paraíba. Depende administrativamente do Governo do Estado da Paraíba. A mesma foi fundada no ano de 1933. O prédio da atual escola era um Grupo Escolar no governo de Graciliano da Costa Brito que assumiu o poder no lugar do então governador Antenor Navarro e o homenageou dando seu nome à escola. A secretaria da mesma não possui dados da área construída

O “Antenor Navarro”, como é conhecido a escola, está inserida em localidade de classe média, mas sua clientela é pobre, atendendo a alunos de outros bairros, inclusive periféricos. Possui um total de 6 salas de aula, contando com 56 funcionários, sendo 31 deles, professores, que têm formação entre Magistério (Colégio Normal), Pedagogia e outras Licenciaturas.

O Conselho Escola é composto por 1 presidente, 1 vice-presidente, 1 secretário, 1 diretor, 1 representante de funcionários, 1 representando dos pais e 1 representantes dos alunos, todos são eleitos mediante uma reunião, e seu mandato tem duração de 2 anos. A escola possui alguns projetos em andamento, enumerados a seguir:

1. Sala de recursos multifuncionais: utilizando a inclusão digital, como estratégia de incentivo educacional aos alunos especiais;
2. Alimentação saudável: aprendendo com a interdisciplinaridade;
3. Escola viva, que transforma o seu espaço e ajuda o meio ambiente;
4. O mundo mágico da literatura infantil;
5. Resgatar a história da nossa escola é respeitar e valorizar os 80 anos de uma educação pública de qualidade (projeto elaborado pela escola como um todo);
6. Conhecendo e cuidando do nosso planeta;
7. O teatro de bonecos vai à escola e ensina a reduzir, reutilizar e reciclar.

A escola possui um PPP com metas (missão) e objetivos a serem alcançados (não nos foi passado informações além dessas a respeito do PPP).

A faixa etária dos alunos varia entre 6 a 18 anos no turno diurno e entre 16 a 40 no turno noturno.

Os alunos possuem perfil socioeconômico de classe média baixa. Não há parcerias na escola além do Governo Federal.

Na Escola Estadual de Ensino Fundamental Antenor Navarro, há programas como: Merenda Escolar, Livro Didático, PDE e Mais Educação.

4. METODOLOGIA

Realizamos uma entrevista (ANEXO), que foi aplicada junto à diretora de uma escola de ensino fundamental da rede pública estadual de ensino em Guarabira/PB.

As respostas foram analisadas em uma perspectiva qualitativa. O resultado dessa análise é apresentado nas considerações finais.

5. OFICINA: FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DO CONSELHO ESCOLAR:

5.1- Implantando o Conselho Escolar

O objetivo geral desta oficina é discutir o conceito, funcionamento e a composição dos Conselhos Escolares, buscando identificar as funções dos

Conselheiros e desenvolver conhecimentos e habilidades sobre o saber fazer deste órgão colegiado.

O Conselho Escolar é um órgão que assegura a democratização de oportunidades a todos os segmentos da escola, no qual propicia condições que favorece a descentralização e a autonomia da escola nos aspectos pedagógico, administrativo e financeiro, desempenhando, portanto, funções de natureza normativas deliberativas e fiscalizadoras das ações globais da escola.

No intento de oferecer subsídios para discussão e reflexão sobre a importância deste órgão colegiado foi realizada uma tempestade de ideias, dividindo a turma em grupos, apresentando as seguintes questões:

- a) O que vocês entendem por Conselho Escolar?
- b) Por que Conselho Escolar?
- c) Para que Conselho Escolar?

Tendo como objetivo apresentar de forma sistematizada os temas selecionados, fazendo os participantes refletirem e discutirem sobre o funcionamento do Conselho no interior da escola.

O posicionamento do grupo em relação às questões colocadas era registrado e cada grupo fazia um breve comentário sobre o tema.

Dado continuidade, foi feita uma fundamentação teórica acerca do tema, através da apresentação das “Transparências” (segue na próxima página), para enriquecer mais um pouco os conhecimentos e promover a participação de todos.

Material: aparelho retroprojeter, transparências. Pode ser distribuída apostila individual com o conteúdo contido nas transparências.

Processo de Trabalho: Apresentar as transparências, adequando às situações cotidianas da escola, oportunizando a participação, a reflexão e a discussão dos conteúdos trabalhados e eliminação das dúvidas existentes.

Transparências da Oficina 1 - Criando o Conselho Escolar

- Processo de Democratização Escolar

A Gestão Participativa favorece:

- Participação das comunidades escolar e local;
- Acesso às informações;
- Aceitação da diversidade de opiniões e interesses.

- O Conselho favorece:

- O sentimento de equipe e a socialização das informações;
- O surgimento de novas lideranças;
- A participação e a comunicação entre as comunidades escolar e local.

- Conselho Escolar: órgão colegiado

Promove:

- a) A participação das comunidades escolar e local nos processos pedagógico, administrativo, financeiro e legal;
- b) A melhor qualidade do processo educacional;
- c) O processo decisório participativo - democrático.

- Funções do Conselho Escolar

Deliberativa - Consultiva – Fiscalizadora

- Constituição da Coordenação do Conselho Escolar

Coordenador, Vice Coordenador, Secretário e Tesoureiro eleitos entre os conselheiros.

Ao Coordenador compete:

- I - representar o Conselho Escolar perante as instituições públicas e privadas;
- II - convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar;
- III - articular-se com a Direção da Escola;
- IV - abrir e encerrar as reuniões.

Ao Vice - Coordenador compete:

- I - Substituir o Coordenador em suas atribuições na sua ausência.

- Constituição da Coordenação do Conselho Escolar

Ao Secretário compete:

- I - lavrar a Ata das reuniões e das assembleias;
- II - proceder a leitura das Atas para efeito de discussão e aprovação;
- III - receber e encaminhar documentos que se fizer necessários;
- IV- encaminhar ao Coordenador a frequência dos membros do Conselho Escolar.

- Constituição da Coordenação do Conselho Escolar

Ao Tesoureiro compete:

- I - assumir a responsabilidade de movimentação financeira;
- II - assinar, juntamente, com o Coordenador cheques, recibos e balancetes;
- III - prestar contas;
- IV - manter os livros contábeis em dias e sem rasuras.

- Convocação para reunião do Conselho Escolar

- Serão convocadas pelo Presidente/Coordenador ou pela maioria absoluta de seus componentes;
- desenvolver uma pauta, indicando conteúdo, processo e tempo;
- o presidente do Conselho Escolar deve divulgar a pauta com 72 horas de antecedência;

- Convocação para reunião do Conselho Escolar

- Reunir pelo menos uma vez por mês em caráter ordinário e quantas vezes forem necessárias em caráter extraordinário;
- Elaborar calendário de reuniões, divulgar e distribuir às comunidades escolar e local.

- Condução da reunião do Conselho Escolar

Competências e habilidades do Coordenador do Conselho Escolar durante a reunião:

- definir claramente seu papel no grupo;
- ser positivo e cumprimentar o grupo;
- observar o tempo previsto para cada atividade indicada na PAUTA;
- realizar a leitura da pauta e da ata da reunião anterior pelo Secretário;
- incluir na pauta a leitura da ata, da reunião anterior, pelo Secretário;

- Condução da reunião do Conselho Escolar (cont.)

Competências e habilidades do Coordenador do Conselho Escolar durante a reunião:

- consultar os participantes sobre sugestões para serem incluídas na pauta;

- comportar-se de forma imparcial e atento ao grupo;
- sugerir métodos e procedimentos alternativos;
- estimular a participação de todos os membros em igualdade de condições, sem receio de expor posições contrárias;

- Condução da reunião do Conselho Escolar (cont.)

Competências e habilidades do Coordenador do Conselho Escolar durante a reunião:

- legitimar as ideias que surgem;
- proteger participantes contra ataques do grupo;
- não manipular as reuniões para privilegiar grupos ou interesses pessoais;
- as decisões serão tomadas se 2/3 de seus representantes estiverem presentes;
- buscar consenso nas decisões.

5.2 - O Conselho Escolar em ação

O objetivo desta oficina é orientar os membros que fazem parte do conselho escolar sobre as etapas da eleição direta para eleger os conselheiros.

As eleições são realizadas da seguinte forma: cabem à direção da escola e ao conselho escolar desenvolverem um trabalho de mobilização por meio de reuniões, seminários, textos, cartazes etc. Envolvendo toda a comunidade escolar para participarem da eleição dos membros do conselho, deve ser realizado estudo da legislação (Lei e Decreto) que institui e disciplina os Conselhos Escolares. Em seguida há as realizações das inscrições que devem ser realizadas em fichas específicas de acordo com o modelo quem vem anexada as fichas.

Antes das inscrições é feita as mobilizações que são realizadas através de cartazes, divulgações eletrônicas, reuniões e afins, tem a intenção de convocar toda a comunidade escolar para participarem da eleição dos membros do conselho. As eleições deverão ser efetivadas em fóruns democráticos de trabalhadores em educação de pais e de alunos, sendo disponibilizada uma identidade para cada segmento; encerrada a votação, a comissão eleitoral procederá à apuração dos

votos e promulgará os resultados no mesmo dia, os candidatos eleitos serão empossados pelo coordenador do Conselho.

Escolar vigente na data instituída pelas Secretarias de Educação em cada unidade de ensino.

Material:

Cartaz contendo o objetivo da oficina e pauta das atividades que serão desenvolvidas pelo grupo.

Processo de Trabalho:

Cumprimentar os presentes e realizar a auto apresentação do facilitador e dos presentes, sintetizando os motivos para a realização dos trabalhos, introduzindo o objetivo da oficina. Apresentar o cartaz, contendo o objetivo da oficina, a agenda de atividades previstas e o tempo para cada uma delas. Fazer a leitura da pauta do dia.

Transparências da Oficina 2 - O Conselho Escolar em Ação

- Etapas da Eleição do Conselho Escolar

- Mobilização
- Divulgação
- Inscrição
- Campanha

Realização das eleições:

- Comissão Eleitoral
- Fóruns Democráticos
- Atas
- Boletins de Resultados

Posse:

- Eleição da mesa coordenadora
- Elaboração do Regimento/Estatuto

Mobilização:

Desenvolver um trabalho por meio de:

- Reuniões para estudo da Legislação (Leis e Decretos);
- Seminários - atribuições e funções;
- Estudo de textos - Conselhos Escolares;
- Cartazes de convocação da Comunidade para Reuniões.

Divulgação para Eleição:

Cartazes - chamada para inscrição com:

- Folders
- Mosquitos
- Faixas
- Mídia: - rádio AM-FM
 - serviço de auto - falante
 - rádio comunitário
 - jornais de bairro, boletins ...

Inscrição:

- Fichas - modelo
- Formulário
- Cronograma das Eleições
- Candidatos - estar apto
- Aluno - idade/Regularmente matriculados e frequência regular
- Pais ou Representantes Legais
- Funcionários e Professores: tempo mínimo na U.E.

Campanha:

- Divulgação das Chapas
- Discussão dos Projetos de Trabalho para seus pares
- Comissão Eleitoral

Eleições:

- Fóruns - Assembleias democráticas: funcionários, Professores, pais, alunos.
- Atas e Boletins promulgação de resultados.

Posse:

- Quem dá posse
- Prazo máximo
- Data de Reunião para Eleição mesa coordenadora
- Regimento

6. CONCLUSÃO

Ao término do presente trabalho pudemos pontuar aspectos que vão além das características físicas da escola ou sala de aula. O estágio proporciona aprendizagens significativas, nos aproximando da realidade e do contexto social do “ser professor”.

O campo de estágio é um campo de conhecimento, que envolve análise e reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem nas salas de aula.

Durante os dias em que visitamos e observamos a escola não pudemos deixar de notar – embora de forma pouco aprofundada – que as professoras têm um carinho e um cuidado bastante acentuado para com os seus alunos, principalmente aqueles portadores de necessidades educacionais especiais. Ao observar algumas turmas, pudemos ver que as docentes se preocupam com o aprendizado de seus educandos, interessando-se por certificar-se que os mesmos realmente estão conseguindo entender e aprender/compreender os conteúdos “repassados”, culminando assim, talvez, no cumprimento dos objetivos preteridos pelas mesmas.

O estágio como experiência foi uma oportunidade de aprofundar os conhecimentos e a capacidade criativa na resolução de impasses encontrados durante esse período. É claro que o estágio não foi perfeito, equívocos ocorreram, mas esses também fazem parte do processo de aprendizagem.

Faço minhas as palavras de Nascimento (2007), quando a autora afirma não serem suficientes a simples instituição dos Conselhos Escolares e a eleição de representantes dos vários segmentos presentes na escola, para a construção de novas relações na mesma. É indispensável que todos os Conselheiros compreendam a importância de seu papel social para o desenvolvimento de uma gestão verdadeiramente participativa e democrática.

A respeito do Conselho Escolar da escola campo, as informações obtidas foram dadas pela diretora/gestora da instituição, não nos oportunizando conhecer pessoalmente os membros dos segmentos e conseqüentemente, entrevista-los a fim de coletar relatos.

Segundo a gestora, o mandato tem duração de 2 anos e os membros dos segmentos são eleitos através de uma reunião, nos levando à conclusão que a “eleição” não é efetivada em fórum democrático por seus pares, e sim por um grupo ou uma figura única detentora de poder.

Sob a supervisão do professor José Otávio da Silva, foi proposta e realização de uma oficina que inicialmente foi apresentada em sala de aula para o professor e os demais colegas de sala, e em um segundo momento ser ministrada para os membros do CE da Escola Estadual de Ensino Fundamental Antenor Navarro.

A oficina é intitulada “Formação e Fortalecimento do Conselho Escolar” e possui duas subdivisões.

“Implantando o Conselho Escolar” tem por objetivo discutir o conceito, funcionamento e a composição dos CE's, buscando identificar as funções dos conselheiros e desenvolver conhecimentos e habilidades sobre o saber fazer deste órgão colegiado.

“O Conselho Escolar Em Ação” tem por objetivo orientar os membros que fazem parte do conselho escolar sobre as etapas da eleição direta para eleger os conselheiros. Com os resultados da pesquisa – embora incipiente – que empreendemos, subsídios para que, posteriormente, seja realizado um plano de ação, porque reiteramos nossa crença de que, com a interação entre alunos, professores e comunidade escolar, será possível criar uma nova realidade.

REFERENCIAS

AGUIAR, M. A. de S. Conselhos escolares, Espaço de Cogestão da Escola. IN: REVISTA RETRATOS DA ESCOLA. Brasília, v.03,n.4,jan/julh.2004

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: abr. 2009

COSTA, D. M. Tempos de Democracia e Participação: O Conselho escolar como possibilidades de descontração do poder. IN: REVISTA EDUCAÇÃO UNISIVOS.V.04,n.05,julh/dez,2009.

PRESTES, M. L. de M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia.** - 4. ed. - São Paulo: Rêspel, 2012, 312p.; 30cm

Colegiado/ Conselho Escolar: aprimorando a qualidade da escola pública. **Disponível em:** <<http://www.liderisp.ufba.br/modulos/conselho.pdf>> **Acesso em:** 17 fevereiro 2014.

PARO, V. H. 2000. Gestão democrática da escola pública. 3ª ed., São Paulo, Ática.

ANEXO

Dados coletados na entrevista

- 1-** Nome da escola
- 2-** Endereço
- 3-** Dependência administrativa
- 4-** Ano de fundação
- 5-** Histórico
- 6-** Área construída
- 7-** Breve descrição da comunidade onde a escola está inserida
- 8-** Numero de salas de aula
- 9-** Numero de funcionários
- 10-** Numero de professores
- 11-** Formação dos professores
- 12-** Informações gerais sobre o conselho escolar (composição, forma de escolha, tempo de mandato).
- 13-** Projetos que estão em andamento na escola
- 14-** Escola tem PPP?
- 15-** Numero de alunos
- 16-** Perfil socioeconômico dos alunos e alunas
- 17-** Parceiros da escola
- 18-** Programas existentes, tipo: Merenda Escolar, Livro Didático, PDDE, PDE, Mais Educação.